

Crise cresce no Paraguai

ASSUNÇÃO — A crise surgida entre o Legislativo e o Executivo do Paraguai por causa dos recentes acontecimentos referentes ao ex-general golpista Lino César Oviedo provocou ontem a suspensão de uma sessão conjunta da Câmara e Senado, por falta de garantias. “Não queremos um banho de sangue”, disse o presidente da Câmara dos Deputados, Walter Bower, ao anunciar a medida. E acrescentou: “Vários deputados, que receberam ameaças de morte por telefone, informaram que viriam armados para se defender; assim, suspendemos a sessão”.

A reunião das duas casas legislativas tinha sido convocada para analisar a negativa do presidente da República, Raúl Cubas, em acatar decisão tomada na semana passada pelo Supremo Tribunal, declarando inconstitucional o decreto que pôs Oviedo em liberdade em agosto, quando só tinha cumprido 100 dias da pena de dez anos de prisão a que fora condenado por chefiar uma tentativa de golpe em 1966 contra o então presidente Juan Carlos Wasmosy.

A decisão da Suprema Corte significa na prática a volta de Oviedo à prisão, mas Cubas recusa-se a cumpri-la. Ontem, ao cancelar a sessão conjunta, Bower denunciou a existência de “uma campanha sistemática de incitação à violência” por parte de seguidores de Oviedo, os quais chegaram a difundir uma lista de parlamentares a serem assassinados. A mesma ameaça foi feita a um dos ministros da Suprema Corte que votaram a favor da inconstitucionalidade do decreto que libertou o militar — informou.

Por sua vez, o presidente do Senado, Luis González, informou que a sessão fora suspensa porque as forças policiais não deram garantias de segurança, de vez que só aceitam ordens de Oviedo. E explicou: “Neste momento em que o presidente Cubas está fora do país [no Rio de Janeiro], o vice-presidente Luis María Argaña nos disse que não pode garantir segurança, de vez que os policiais não o obedeceriam”.